

Ofício "S" nº 51, de 2007

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Iniciativa:

Ementa:

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 388359, de 2007, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972, com a redação dada pelo art. 32 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, originária da Medida Provisória nº 1.863-51/1999 e reedições.

Assunto: -
Data de Leitura: 06/09/2007

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada
Destino: -
Último local: -
Último estado: 24/12/2007 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Sibá Machado (encerrado em 12/12/2007 - Parecer Oferecido)

TRAMITAÇÃO

04/03/2008 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: PROCESSO ARQUIVADO

24/12/2007 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: É lido e encaminhado à publicação o Parecer nº 1.384, de 2007-CCJ, Relator: Senador Sibá Machado, manifestando-se pelo arquivamento da matéria.

A Presidência, em observância às conclusões do parecer lido, encaminha a presente matéria ao Arquivo.

Ao PLEG com destino ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 46919

Publicado no DSF Páginas 46912-46915

13/12/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura de Parecer da CCJ.

12/12/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

TRAMITAÇÃO

Ação: Recebido neste órgão, nesta data.

12/12/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, é aprovado o Parecer pelo Arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2007, relatado pelo Senador Sibá Machado.

Anexei o Ofício nº 167/07 - PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão, em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art 91,§ 2º, c/c art. 92 do RISF (fl. nº 126).

À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

26/11/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

20/11/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Sibá Machado, com voto pelo arquivamento do Ofício "S". Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

19/09/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Sibá Machado para emitir relatório.

14/09/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

13/09/2007 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência recebeu o presente Ofício, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da legislação questionada, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 388359, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação dada pelo art. 32 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, originária da Medida Provisória nº 1.863-51/1999 e reedições (arrolamento de bens em recurso voluntário no processo administrativo fiscal).

O expediente recebido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

CCJ.

Publicado no DSF Páginas 31455-31456

06/09/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntei, às fls. 89/119, cópia do Acórdão proferido nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.976-7, que declarou a inconstitucionalidade do mesmo dispositivo referido na presente matéria, ou seja, o § 2º do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972, com a redação dada pelo art. 32 da Lei nº 10.522/2002.

Matéria aguardando leitura.

06/09/2007 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 88 (oitenta e oito) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLSF.

DOCUMENTOS

OFS 51/2007

Data: 06/09/2007

Autor: Supremo Tribunal Federal

Local: null

Descrição/Ementa: Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 388359, de 2007, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972, com a redação dada pelo art. 32 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, originária da Medida Provisória nº 1.863-51/1999 e reedições.

Parecer

Data: 12/12/2007

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, é aprovado o Parecer pelo Arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2007, relatado pelo Senador Sibá Machado.

Anexei o Ofício nº 167/07 - PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão, em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art 91,§ 2º, c/c art. 92 do RISF (fl. nº 126).

À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.